

**Ciência e nação no Brasil do século XIX:
anotações de Freire-Allemão na expedição ao Ceará (1859-1861)**

CRENIVALDO VELOSO JÚNIOR*

Introdução

No dia 13 de maio de 1859, o naturalista Freire-Allemão registrou no seu caderno de notas reflexões sobre a gente do Ceará, em trabalho de campo na Comissão de Exploração do Império. Na ocasião, estava na Vila de Pacatuba, um das muitas que surgiram a partir de relações interétnicas em aldeias indígenas. Em certo momento, ponderando sobre a beleza de alguns filhos do Senhor Valente, integrante de “distinta família” da vila, afirmou:

A beleza das formas dessa gente, e que em meninos, são alguns tão claros como ingleses, e que fazem contraste com os da nossa gente de lá do Rio, mal conformados e doentios em geral, pode ser devida em parte a influencia do clima, em geral saudável e ameno; mas creio tem grande parte nisso a mistura com o sangue americano, quando no Rio predomina a mistura do sangue africano. A esta mescla americana será devida a clareza de inteligência, a viveza, e desembaraço que mostra o povo, e que os assemelham um pouco com os da raça espanhola do sul da América? (Apud Damasceno & Cunha, 1961:213)

O autor opera com duas justificativas para o que chama de *beleza das formas da gente do Ceará*, em comparação com a gente da Corte: a influência do clima e a mistura de sangue. Chama atenção, neste caso, o uso de categorias que estavam fomentando os debates nas ciências naturais, sobretudo na biologia, e que estavam sendo apropriadas¹ na base de formação dos chamados estudos etnográficos e antropológicos: a questão do

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Historiador do Setor de Etnologia do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ A noção de apropriação aqui utilizada se aproxima das considerações elaboradas por Chartier. No seu entendimento, “apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem.” Chartier, 1991:180.

determinismo (biológico, natural) e o debate sobre raças, tipos humanos e os desdobramentos das misturas raciais.

Sobre este aspecto, na sua observação, as consequências da mistura variam de acordo com os tipos envolvidos. Mesmo que a interrogação ao final da frase sugira uma dúvida, a hipótese é de que, sob a sua ótica, a mescla com o sangue americano permitiu a clareza de inteligência, a viveza e o desembaraço que mostra o povo do Ceará. Já a mistura com o sangue africano deixou os meninos do Rio “mal conformados e doentios”, neste caso mais próximo da ideia de degeneração.

Em outra referência aos tipos humanos de Pacatuba, versando sobre o caboclo, Freire-Allemão lança a seguinte observação, registrada em 13 de maio de 1859:

Pondo de parte alguns poucos pretos, e por consequencia também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceará é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo americano. (Apud. Damasceno & Cunha, 1961:210.)

O presente trabalho faz parte do projeto que iniciei em 2011 no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense – PGH/UFF. Propõe-se a análise das relações entre ciência e nação no Brasil do século XIX a partir dos trabalhos da Sociedade Velloziana e da atuação de alguns de seus associados em outros projetos, como a Comissão Científica de Exploração do Império.

Neste artigo, procuro analisar passagens das anotações de campo de Freire-Allemão, principalmente no que se refere aos tipos humanos e à gente desta província. Pretendo analisar usos de categorias (como raça e nação) que então se afirmavam enquanto campo de investigação e estavam na base de novas disciplinas, particularmente a etnografia e a antropologia.

A escolha de análise das anotações que Freire-Allemão não contradiz a escolha do social. Ao contrário, é possível uma abordagem num sentido oposto, como sugere Revel, “ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais eles se inscrevem” (REVEL, 1998:21).

O jogo de escalas de observação e a intensificação dos estudos do material documental permitem um maior contato com o vivido, ao mesmo em que propõe indagar as estruturas ocultas dentro da qual aquele vivido se articula. O trabalho de Revel é inspirador no sentido de buscarmos recuperar as linguagens e as identidades sociais dos atores envolvidos, suas relações com as redes que engendraram os espaços de ciência no Brasil.

Segundo Giovanni Levi, a micro-história não é um modelo, uma perspectiva teórica a ser aplicada nos objetos de estudo, mas antes uma forma de perceber “toda ação social como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.²

Não é nossa intenção desvendar o ponto de vista do cientista sobre os temas citados, mas procurar entender de que forma ele operava com estas questões, e como estas operações podem servir-nos como chave de compreensão para os debates sobre ciência, raça e nação no referido período.

Os “Curiosos da Natureza”: a Sociedade Vellosiana e a Comissão Científica do Império

Francisco Freire-Allemão de Cysneiros (1797-1874) foi um dos nomes importantes das ciências naturais do Brasil no século XIX. Com a formação na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1828)³, cursou o doutorado em Medicina na Faculté de Médecine de Paris (1831)⁴. Em 1832 foi nomeado na Sociedade de Medicina. Sua principal atividade era de professor. Em 1833, foi nomeado por carta regencial lente de botânica médica e Princípios Elementares de Zoologia da Escola de Medicina da Corte⁵.

Na década seguinte, suas redes de atuação foram ampliadas, com grande aumento de prestígio e de espaços de atuação. No ano de 1840, no mesmo da

² Giovanni Levi. In: BURKE, 1992: 133-161.

³ Coleção Freire Alemão. BN. I-28,5,30.

⁴ Coleção Freire Alemão. BN. I-28,5,32.

⁵ Coleção Freire Alemão. BN. I-28,5,36.

maioridade de Pedro II, foi nomeado médico do Imperador e da Imperial Câmara, passando a frequentar o Paço e a conviver com a família do monarca. Integrou inclusive a Divisão Brasileira, comitiva que viajou à cidade de Nápoles, na Itália, a fim de recepcionar a futura Imperatriz, princesa D. Teresa Cristina, em 1843. Também fez parte da equipe de professores das princesas Isabel e Leopoldina, de retórica e botânica.

Prestigiado e envolvido em teias de relações sociais e institucionais, Freire-Allemão organizou e participou de diversas associações e instituições, nacionais e estrangeiras⁶. Com anuência do Imperador, em 1850, criou e dirigiu a Sociedade Velloziana⁷. Além disso, chefiou a Comissão Científica de Exploração ao Ceará e sua seção de Botânica (1859-1861)⁸. Sua intensa produção científica o habilitou a manter trocas de correspondência com uma grande rede, como as missivas trocadas com o botânico austríaco Friedrich Philipp von Martius, o qual manteve constantes debates.

O desejo de Freire-Allemão era a criação de uma associação de naturalistas (chamados pelo próprio de “curiosos da natureza”) dedicados aos estudos dos “objectos naturaes, tão abundantes, tão preciosos, de nosso paiz” (FREIRE-ALLEMÃO, 1870). Os Estatutos da Velloziana afirmavam que entre os objetivos estavam “indagar, collegir, e estudar todos os objectos pertencentes á Historia Natural do Brasil”; e ainda “averiguar e interpretar as palavras indígenas com que forem designados”. (ibidem, 1870).

Seu auge entre 1850 e 1855. Mas a atuação de seus associados em outras instituições e na Comissão Científica sugere que a influência das discussões travadas em seus trabalhos foi além das reuniões. Anos mais tarde, sob influência de Ladislau Netto, novas reuniões tentaram reeditá-la: entre 1869 e 1870, e novamente em 1872.

A criação da Sociedade Velloziana se deu no âmbito do Museu Nacional e Imperial, sendo uma de suas salas no então Campo de Santana o espaço utilizado para as reuniões. Sem possuir uma publicação própria, foi na Revista Guanabara, dirigida por

⁶ Além da Sociedade de Medicina, Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, 1833; Institut Historique de Paris, 1835; Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), 1836; IHGB; Academia Delle Scienze Reale Borbonica, 1841; Academia Pontaniana de Nápoles, 1843, dentre outras.

⁷ Em homenagem ao Frei Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), naturalista que elaborou vários e importantes estudos botânicos no Brasil.

⁸ Coleção Freire Alemão. Ato de nomeação de Francisco Freire Allemão para o cargo de presidente da Comissão Científica de Exploração, assinado pelo Imperador. Rio de Janeiro, 07 de março de 1857. BN. I-28,572.

Manoel de Araújo Porto-Alegre, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo que os seus relatórios, atividades e memórias foram publicados, sob título “Trabalhos da Sociedade Velloziana”.

Explorar e mapear o território; coletar e estudar espécies dos “três reinos”; aprender as línguas indígenas; formar, preservar e aumentar as coleções; documentar e publicar os resultados dos estudos, divulgando-as entre os pesquisadores nacionais e estrangeiros; expor os resultados materiais dessas coletas; escrever uma história para o país. Enfim, estas atividades, enquanto fundamentais para gerar conhecimentos específicos importantes que poderiam influenciar na elaboração de políticas por parte do Estado imperial, acabaram por intensificar as redes de práticas e estudos científicos, de elaboração, troca e circulação de saberes.

A Velloziana estava dividida em seções de mineralogia, botânica, zoologia e línguas indígenas. Os primeiros associados⁹ eram vinculados a diversas instituições e sociedades, nacionais e estrangeiras. Só poderiam ser sócios efetivos os “que se ocupam do estudo de História Natural, e que já tenham publicado, ou feito trabalhos originaes, ou importantes, em qualquer dos seus Ramos, a saber: em Zoologia, Botanica e Mineralogia” (Estatutos, Art. 3º). Já “o conhecimento de Língua selvatica americana, principalmente da língua geral das Tribus brasileiras”, era um atributo necessário ao sócio adjunto efetivo, “além de estudos em alguns Ramos da História Natural” (Art. 4º).

Como sugere Stocking Jr. (1982), a atuação de cientistas¹⁰ em museus e associações foi fundamental para o desenvolvimento de ideias e práticas que influenciaram os conhecimentos naturalistas e o desenvolvimento da etnografia e da antropologia no século XIX. O uso da categoria raça, a partir dos estudos biológicos e apropriados pelas ciências sociais, a construção de novos campos de investigação e suas interfaces com as ideias racistas eugenistas são analisadas pelo autor, que dentre outros pontos reflete sobre a atuação da Societé des Observeurs de L’Homme. Criada em

⁹ Os sócios fundadores foram: Seção de Mineralogia: Alexandre Antônio Vandelli, Cândido Teixeira de Azeredo Coutinho, Custódio Alves Serrão, Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque; Seção de Botânica: Bernardo José de Serpa Brandão, Francisco Freire Allemão, Guilherme Schüch de Capanema, Ludwig Riedel; Seção de Zoologia: Emilio Joaquim da Silva Maia, Joseph Théodore Descourtilz; Seção de Línguas Indígenas: Antônio Manoel de Mello e Ignácio José Malta (PAIVA, 2005, LOPES, 1987).

¹⁰ Por exemplo, Georges Cuvier (1769-1832) e Joseph Marie de Gerando (1772-1842) Enquanto Cuvier defende que o plano biológico se sobrepõe ao cultural, usando abertamente o termo raça, de Gerando promove uma abordagem mais etnológica, relacionada à influencia do cultural.

1799 por Louis François Jauffret (1770-1850) e extinta em 1804, apesar da curta duração, é considerada um dos alicerces da antropologia francesa, principalmente por conta dos cientistas envolvidos em seus debates e dos termos apresentados em seus estatutos e nas instruções para a expedição Baudin a Austrália. Ao naturalista do século XIX não caberia apenas as narrativas de viagem, tão presente entre os cronistas do século XVI, mas também a classificação, ordenação e organização do material empírico.

Desenvolvidos na Europa do século XVII a partir dos chamados gabinetes de curiosidade, os museus se difundiram nos séculos XVIII e XIX. Em meio a práticas colonialistas, a produção de saberes científicos foi fomentada por formação e estudos de coleções, debates, publicações, criação de associações, institutos e museus.

Dificuldades financeiras e divergências entre os sócios são apontadas como os problemas principais da Vellosiana, representados na polarização das disputas entre Capanema e Freire-Allemão (LOPES, 1997). Capanema chegou a sugerir que o IHGB incorporasse a Vellosiana, o que não aconteceu. Suas reuniões se esvaíram. Em 1855 foi criada a Sociedade Palestra Científica, com o objetivo de “ocupar-se do estudo das ciências físicas e matemáticas, principalmente com aplicação no Brasil”¹¹. Muitos dos sócios da Vellosiana – dentre eles Capanema, Burlamaqui e o próprio Freire-Alemão – passaram a se reunir na Palestra, que se propôs a “organizar um museu de produtos somente do Brasil”¹².

Estes debates refletem a afirmação das atuações individuais desses personagens no campo científico, ao mesmo tempo em que demonstram as relações de disputa entre os espaços institucionais. Tais debates ocorriam no mesmo contexto em que Manuel Ferreira Lagos apresentou no IHGB uma proposta para a formação de uma Comissão Científica de Exploração, que deveria ser composta por pesquisadores nacionais. O objetivo era explorar províncias “mais desconhecidas” a fim de formar coleções científicas dos “três reinos da natureza”. Estas seriam enviadas ao Museu Nacional, incluindo “tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas”. Entre 1859 e 1861, a comissão esteve nas províncias

¹¹ Decreto n. 1820, de 13 de dezembro de 1856. Coleção de Leis do Império do Brasil. 1856- tomo 17, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857, p.422, parte II. Assinado por Luiz Pedreira do Couto Ferrá, Conselheiro e Ministro dos Negócios do Império.

¹² Estatutos da Palestra Científica. Coleção das Leis do Império. Apud DOMINGUES, 1995, p. 138.

do Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com forte protagonismo de cientistas que fomentaram diversos debates nas instituições aqui mencionadas.

O Brasil era palco de expedições desde os tempos em que era colônia de Portugal. Mas no século XVIII e principalmente no XIX houve o recrudescimento de tais iniciativas, principalmente após a decretação da abertura dos portos às nações amigas (LACERDA, 1905:12).

Segundo Lacerda (1905), em meados do século XIX,

já era o Brazil paiz assaz conhecido dos naturalistas, e a respeito de suas riquezas e produções naturaes se tinham extensamente occupado revistas e publicações estrangeiras. Eram sobretudo as suas riquezas mineraes que attrahiam a attenção do mundo. (LACERDA, 1905:26)

Alguns resultados destes estudos eram atacados por naturalistas brasileiros, que afirmavam a necessidade de novas viagens de exploração, formação e estudo de coleções protagonizadas por cientistas nacionais. Lagos, por exemplo, referia-se aos “erros” do relato de viagem de Francis de Castelnau, que entre 1843 e 1847 esteve no Brasil, que precisavam ser corrigidos. Aprovada a Comissão, as sessões foram divididas e presididas da seguinte forma: Botânica, Freire-Allemão; Geológica e Mineralógica, Guilherme Capanema; Zoológica, Manoel Ferreira Lagos; Astronômica e Geográfica, Giacomo Raja Gabaglia; e Etnográfica e Narrativa da Viagem, Gonçalves Dias.

Lopes (1987) afirma que se as expectativas dos senadores e dos jornais de que a Comissão encontraria minas de ouro e de prata não foram alcançadas, o objetivo de formar coleções foi plenamente atingido. Apesar do material coletado pela Seção Geológica ter sido quase todo perdido no naufrágio do navio *Palpite* (FIGUEIRÔA, 2009:85), o Museu Nacional foi o grande depositário das coleções de Mineralógica, Botânica e Zoologia, recebendo também os instrumentos e materiais para uso na preparação de produtos e mais de 1000 livros que iriam compor a sua Biblioteca. Já o IHGB foi o destino da maior parte do material indígena da Amazônia, enquanto o Instituto Artístico Imperial do Rio de Janeiro¹³ recebeu as estampas etnográficas.

¹³ Fundada em 1863, antiga oficina tipográfica de Henrique Fleiuss. As estampas etnográficas representam utensílios, armas, ornatos e vários outros artefatos indígenas. O próprio Fleiuss coloriu a mão estas estampas, que tiveram presença na Exposição Antropológica de 1882.

Das pesquisas e das coletas realizadas pela Comissão Científica foram organizadas no Museu Nacional duas exposições: uma apresentando os artefatos provenientes da Província do Ceará e outra que é considerada a Primeira Exposição Nacional, ambas em 1861. No ano seguinte, o Brasil entra no circuito das exposições internacionais, participando da Exposição Universal de Londres.

Raça e nação no século XIX

As relações entre ciência, raça e nação vem sendo abordadas por diversos autores¹⁴. Estes temas aparecem intimamente vinculados e são apontados como fundamentais para o desenvolvimento das teorias racistas e eugenistas no fim do século. Também estão na base dos estudos antropológicos e etnográficos. Tais categorias podem ser interpretadas como esquemas de classificação e hierarquização que marcam as diferentes relações de pertença e não pertença entre os grupos humanos.

Formatado no campo científico, inicialmente no domínio da biologia, a categoria de raça passou a ser utilizada como chave de compreensão das diferenças entre os homens, tanto em seus aspectos físicos quanto na influência desses sobre as diferenças em seus hábitos, costumes e produção de sua “indústria”. Os usos políticos do conceito de raça provocam importantes debates, principalmente pelos desdobramentos e apropriações pelos discursos imperialistas, racistas e eugenistas do final do século XIX. Ao longo deste século, a tradição iluminista vai sendo substituída pelos particularismos característicos do romantismo, sob forte influencia do pensamento alemão sobre povo (*volk*). A questão racial vai sendo também colocada nos limites particulares de um povo, que por sua vez são utilizados como argumento para fixação de fronteiras e limites entre nações.

A obra do francês Arthur de Gobineau, publicada entre 1853 e 1855 em uma série de quatro volumes cujo título é o *Essai sur l'inégalité des races humaines*, afirmava que “o declínio da civilização é o fenômeno mais notável e, ao mesmo tempo, o mais obscuro da história”. Este ensaio foi produzido no clima da “primavera dos povos” e dos movimentos de 1848, em que a ação do proletariado mobilizava as lutas contra a aristocracia e a burguesia. Confrontando-se com as teorias marxistas de luta de

¹⁴ Malik, 1996; Stocking Jr., 1982; Arendt, 1973)

classes, o aristocrata Gobineau defendia ser a luta de raças a chave de compreensão da história da desigualdade da humanidade. A sua preocupação é com as situações específicas da Europa, e a sua luta de raças se dá entre europeus. Por defender a superioridade da raça ariana sobre as demais, suas ideias, recuperadas no fim do século XIX, serão usadas como justificativa para colocar o judeu no lugar do “outro”, não no sentido da religião, mas de raça.

Segundo Schwarcz (1993:49-54), os debates entre monogenismo e poligenismo também estão na base de delimitação de novas disciplinas: “enquanto os estudos antropológicos nascem diretamente vinculados às ciências físicas e biológicas, em sua interpretação poligenista, as análises etnológicas mantêm-se ligadas a uma orientação humanista e de tradição monogenista”. A autora situa a criação de sociedades rivais que vão reiterar essa divisão teórica, como a Sociedade Antropológica de Paris, fundada em 1859 por Paul Broca, e as Sociedades Etnológicas criadas em Paris, Londres e Nova York. De forma geral, explica a autora que as sociedades antropológicas pregavam a noção da imutabilidade dos tipos humanos, enquanto as etnológicas preservavam a ideia de aprimoramento evolutivo das raças.

Estas questões também serão impactadas pelas propostas de Charles Darwin, com a publicação em 1859 da obra *A Origem das Espécies*, em que defende a ideia de que a luta pela sobrevivência se dá pela seleção natural, tornando-se um grande paradigma que vai exercer influência não apenas sobre as ciências naturais, mas também na antropologia em formação.

A questão do nacional, as categorias de nação, nacionalidade e nacionalismos e suas relações com a temática racial foram temáticas importantes no século XIX, e continuaram a suscitar diversos estudos e discussões¹⁵.

Segundo Hobsbawn, o conceito de nação, no sentido moderno e basicamente político, é um fenômeno da modernidade. Segundo o autor, critérios objetivos foram utilizados para tentar definir a existência ou não de uma nacionalidade, como a língua ou a etnia, ou a combinação de elementos como história, território e traços culturais comuns. Formatam propostas conceituais em torno de ideias como “espírito do povo”, “vontade das nações” (Renan, 1997), “caráter e consciência nacional” (Bauer, 2000).

¹⁵ Renan, 1997; Anderson, 1983; Hobsbawn, 1991; Gellner, 1983; Bauer, 2000, Mauss, 1969. Weber, s/d., dentre outros.

Estes critérios, contudo, são mutáveis, não estão cristalizados, podendo ganhar novos significados. Pensando os discursos em torno da nação como tradições inventadas e comunidades imaginadas, nos sentidos apontados por Hobsbawn (1984) e Anderson (1983), a melhor maneira de entender os significados de nação é a análise de como os atores sociais operavam com esta ideia (HOBSBAWN, 1991). Vamos tentar compreender um pouco como estes debates se deram no Brasil, no início do século XIX, a partir da atuação de Freire-Allemão.

As décadas de 1840/50 foram marcadas pela reafirmação do ideal monárquico e aristocrático em torno do poder central e da figura do Imperador, alicerçado em base escravocrata, agrária e latifundiária. O decreto de Maioridade de Pedro II (1840) representou novos horizontes na busca dos grupos sociais que defendiam a construção da unidade (territorial, política), diante da presença de grandes contingentes populacionais indígenas, africanos e mestiços e das revoltas que se espalhavam por diversas províncias.

O projeto de unidade da nação em torno do estado, centralizado na Corte e na figura do Imperador, apoiado pelas elites regionais do Rio de Janeiro, não foi unanimidade. O movimento de 1822, antes de separatista, buscou a preservação de um status de autonomia vivenciado após a migração da família real e a transformação da colônia em vice-reino. Caberia a estas elites buscar o apoio das outras províncias, afastando a influência de Lisboa e a possibilidade de formação de outros estados. Em lugares diferentes, envolvendo personagens e motivações distintas, várias revoltas marcaram as primeiras décadas do governo imperial do Brasil, intensificadas após a abdicação de Pedro I, que em 1831 assumiu o trono lusitano como Pedro IV. O Ceará foi um dos palcos de movimentos que tiveram o epicentro em Pernambuco, como as chamadas revoluções de 1817 e de 1824 (Confederação do Equador). Outras revoltas aconteceram em províncias diferentes, e ameaçavam a pretendida comunidade imaginada pela monarquia.

Sendo o Ceará palco de alguns destes conflitos, é instigante ler os comentários de Freire-Allemão sobre as concepções políticas e de nação, sua e de seus informantes. No dia 23 de maio de 1860, o botânico registrou uma situação constrangedora diante do seu posicionamento político. Estava em Fortaleza, precisamente na casa do Senhor João Franklin de Lima. Reunidos à mesa do chá encontravam-se a família do anfitrião e

alguns membros da Comissão. Um dos presentes era o Sr. Lagos, presidente da Seção Zoológica, que, pelo relato, “*falava com soltura e indiscrição dos ministros e gente da Corte*”. O anfitrião, demonstrando-se simpático aos comentários de Lagos, voltou-se “*mui contente*” para as senhoras presentes e comentou: “*este é um dos nossos!*”.

Não era a primeira vez que o cientista se deparava com críticos ao poder central. Tanto que no mesmo relato chegou a afirmar que “*as ideias republicanas tem muita aceitação entre estes sábios de meia tigela; a família do Franklin, que é dos Alencares tem ideias muito exageradas a este respeito*”. Contudo, ainda estava por vir o momento de maior tensão para o narrador. Após tecer o comentário de familiaridade para com o Dr. Lagos, o Sr. Franklin teria se dirigido para o médico e disparado a pergunta se ele não era um monarquista. Acompanhemos o desfecho:

“Um sentimento de indignação se apoderou de mim, e mal me pude conter, mas não lhe respondi como devia; apenas lhe disse que eu não me ocupava com essas questões, e que se particularmente era amante do Imperador é porque não podia deixar de o ser sem ser ingrato”. (Apud Damasceno & Cunha, 1961:316).

República aqui é entendida no sentido apontado por Mattos (1987) como busca de autonomia por parte das províncias em relação ao núcleo centralizador da máquina institucional e política do Império. Neste caso, há uma oposição de sentimentos: por um lado, o Sr. Franklin se alinhou ao Dr. Lagos na crítica a ministros e gente da Corte; por outro, Freire-Allemão demonstra indignação e respondeu em tom de neutralidade neste tipo de questão. Mas o amor pelo Imperador foi justificado pelo sentimento de gratidão.

O conceito sugerido por Gellner (1983) de que nacionalismo é um princípio político que defende a correspondência entre a unidade nacional e a unidade política pode ser pensado no contexto da construção nacional no Brasil do século XIX. Para este autor, “o sentimento nacionalista é o estado de cólera causado pela violação deste princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização”.

O Brasil viveu, nas primeiras décadas de autonomia política, diversos momentos de *estado de cólera*, tanto por parte dos defensores da unidade quanto pelos defensores da autonomia e até da independência de certas províncias. A imagem de nação carregada

por Freire-Allemão (em gratidão ao Imperador) fora provocada pelos ânimos das *ideias republicanas* de famílias do Ceará.

Em outro relato, datado no dia 08 de setembro de 1859, quando estava na Vila de Aracati, Freire-Allemão fez várias observações. Em dado momento, escreve sobre a relação dos cearenses com a questão da nação. Diz o seguinte:

É notável como o povo do Ceará entende a sua nacionalidade: para eles Brasil é Ceará, e tudo o que não (é) cearense é estrangeiro. (...) (Os) que tem uma certa cultura mostram-se invejosos e prevenidos contra o Rio de Janeiro; todas as desgraças de sua província são causadas ou ao menos não remediadas pelo governo, que só trata do Rio de Janeiro. O sonho dourado desta gente é a sua independência, é o Ceará formando um Estado. Eles fazem uma ideia tão exagerada da sua província que no seu entender é em tudo superior a todas as outras; e o seu estribilho é sempre “dêem-nos chuvas, dois meses só, todos os anos, que o Ceará não precisa de nada e pode fartar a todo o Império. (Allemão, 2006:82).

Percebe-se novamente a reação de estranhamento, neste caso revestido pelas categorias de nacional e de estrangeiro. É como se o povo do Ceará (e de outras províncias) não aceitasse politicamente a ideia de comunidade de interesses partilhados. Provocar o esquecimento das diferenças, como sugeriu Renan (1997)¹⁶, era um grande desafio aos construtores deste modelo de nação.

O povo do Ceará (e outros, pelos relatos do botânico) parecia estar distante do ideal de vontade “espírito do povo” (ao menos da Corte). Ao que Freire-Allemão devolveu com a rotulação do sentimento de inveja para com o Rio de Janeiro. Está claro no próprio relato que Rio de Janeiro aqui é sinônimo de governo centralizado. A independência do Ceará em torno de um estado autônomo era um “sonho dourado”, resultante da ideia “exagerada” de superioridade.

¹⁶ O texto deste historiador resulta de uma conferência na Sorbonne, em 11/03/1882, é voltado contra o nacionalismo alemão e suas ligações com as categorias raciais e os estudos etnográficos. Para este autor, critérios como raça, apesar de importante em termos de estudos etnográficos, não deve ser usado como parâmetro de nação.

Freire-Allemão e o IHGB: história e etnografia no Brasil

O lugar de destaque do IHGB na invenção de uma identidade simbólica (histórico-geográfico-etnográfica) para o Brasil foi abordada por autores como Guimarães (1988), Domingues (1989) e Kodama (2009).

Nas primeiras atuações da instituição o Sr. Januário da Cunha Barbosa elaborou um programa questionando “se a introdução dos escravos Africanos no Brazil embaraça a civilização dos *nossos* indígenas”¹⁷. Baseando-se nas narrativas do século XVI dos padres jesuítas, Cunha Barbosa respondeu que:

“resulta de tudo isto que a escravidão foi um forte embaraço à civilização dos índios; pois que elles, segundo testemunho do mesmo Padre Vieira, só fugiam da catechese por medo da escravidão”. “a experiência nos mostra que os índios são aptos a todos os trabalhos, a que se apliquem, ou em terra, ou nos rios ou mares”. (RIHGB, 1839:126).

Em 1840, o próprio Barbosa lança outro programa, intitulado “qual seria hoje o melhor systema de colonisar os Indios entranhados em nossos sertões”, cuja resposta também está centrada nos escritos dos jesuítas Antônio Vieira e Manuel da Nóbrega: “sou de opinião que a cathequese é o meio mais effícaz, e talvez único, de trazer os Indios da barbaridade de suas brenhas aos commodos da sociabilidade.”¹⁸

No mesmo ano, o IHGB ofertou uma premiação a quem apresentasse o melhor plano para se escrever a história do Brasil. A dissertação vencedora foi a de Von Martius, publicada em 1844, com o título “Como se deve escrever a história do Brazil”. Propôs Martius que a tal escrita “não deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem”, assinalando que no Brasil esta formação ocorreu a partir da convergência de três raças, então concebidas pelo fenótipo da cor da pele: “a cor cobre ou americana; a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica”. A proposta de Martius influenciou decisivamente os pensamentos dos seus contemporâneos, marcando posteriores estudos sobre a formação do Brasil, através da temática da miscigenação: “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças

¹⁷ RIHGB, 1839

¹⁸ RHIGB, 1840:3

d'essas três raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular”¹⁹.

As particularidades residem nos aspectos físicos e morais que as distinguem: ao branco português, conquistador, caberia o papel “mais poderoso e essencial motor”, mas sem desprezar os indígenas e africanos, “forças que igualmente concorreram para o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população”. O português era o elemento ilustrado, representante da civilização européia, capaz de conduzir o Brasil ao status de nação unida. A “história” dos índios foi concebida pelo autor como parte da “História do Brazil”, destacando o estudo de suas línguas como ponto de partida, devendo-se ligar também “os estudos sobre Mithologia, Theogonia e Geogonias das raças Brasileiras”. Menos espaço foi concedido aos escritos sobre os africanos, que na condição de escravos eram vistos como impedimento ao processo de civilização. Destaca Martius que a história do Brasil “será sempre a história de um ramo de Portuguezes; mas se ella aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações com para com as raças Ethiopica e India”²⁰.

Índigenas e africanos tinham um lugar bem definido na miscigenação pensada por Martius: “O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”.²¹

Na dissertação, Martius afirma a posição que o historiador do Brasil deve assumir em relação a sua pátria:

“O Brazil esta affecto em muitos membros de sua população de ideas políticas immaturas. Alli vemos Republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu paiz natal; para elles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencel-os por uma maneira destra da inexiquibilidade de seus projetos utopicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarchia em um paiz onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brazil a sentir-se como um Todo Unido”. (RIHGB, 1944: 401-02)

¹⁹ RIHGB, 1944:381/82.

²⁰ RIHGB, 1844:399

²¹ RIHGB: 1944:383.

Aqui, mais uma vez retomo a referência ao texto de Renan. O esquecimento das diferenças e o erro histórico são essenciais, segundo este historiador, para a ideia de nação. Os estudos históricos representam um risco à unidade, pois suas investigações trazem à tona os atos de violência que ocorrem em todas as formações políticas. Como a unidade se faz *sempre* por meios brutais, a história tem que ser esquecida. Este mesmo risco é apontado por Martius, quatro décadas antes de Renan. O conhecimento da história do seu “paiz natal”, da sua província, poderia ser utilizado por republicanos desejosos de romper com a monarquia, num país com tantos escravos.

Esta ideia tem grande ressonância com as palavras de atribuídas por Freire-Allemão ao *republicanos de meia tigela* do Ceará. Várias questões aproximam o naturalista destes debates: ele não apenas integrou a comissão responsável pelo parecer do concurso, mas foi o relator do parecer. O texto de Martius foi tratado com grande ênfase, sobretudo pelo elogio à colonização portuguesa. A comissão, diz o parecer, julgou ser possível se apropriar de suas ideias, “dando-lhe quase uma nova redacção, mostrando ao mesmo tempo por esta espécie de identificação quanto se acha de accordo com ellas”.²²

No mesmo ano de 1847, integrou a Comissão de Arqueologia e Etnografia do IHGB ao lado de José Joaquim Machado de Oliveira e Joaquim Caetano da Silva; e na sessão de 14 de outubro de 1847, propôs que o Instituto solicitasse aos Presidentes de Província informações sobre “quaes eram as tribus indígenas que habitavam a respectiva província no tempo em que o paiz foi conquistado; que extensão do terreno occupavam; quaes foram extinctas; quaes emigraram, e para onde; e emfim quaes existem ainda, e em que estado”. Estas indagações se davam na tentativa de compor uma “carta geral do estado primitivo do paiz”, ao lado de informações sobre as matas, campos nativos, florestas virgens, tipos de madeira mais encontrados e qualidades de animais que as povoavam.²³

As bases para os estudos etnográficos no Brasil eram os relatos de viajantes, exploradores, missionários, relatórios de presidente de província, o estudo de línguas.

²² RIHGB, 1847:281.

²³ RIHGB, 1847:562.

As expedições seriam fundamentais para estes estudos, no sentido de coleta de relatos e objetos. A etnografia deste período estava atrelada à arqueologia para os estudos da

“raça americana ou indígena, (cujo) uma das primeiras averiguações é a da origem das tribus brasileiras e em seguida se o estado de abjecção e de dissolução social, em que as acharam os portuguezes, era o efeito do estado primitivo do homem e de uma associação nascente, ou antes se, como ensinam modernas investigações, indicava decadência e ruína de uma antiga e arruinada civilização”. (RIHGB, 1847:281).

Caberia à arqueologia a busca de monumentos que respondessem a esta questão, colocada anteriormente por José Bonifácio²⁴. Acreditava-se que se construções antigas fossem encontradas no território brasileiro seriam a prova da existência de uma civilização antiga.

Considerações finais

No século XIX, as terras visitadas pela comissão científica do Império eram arenas de relações e conflitos interétnicos, com populações regionais e indígenas se envolvendo em disputas políticas e jurídicas, em meio ao esbulho e invasões das terras dos índios.

Se os debates sobre raça e suas interações com nação levaram ao desenvolvimento das teorias racistas e eugenistas, apropriadas pelos estados coloniais, as perspectivas afirmativas de etnicidade e do multiculturalismo, sobretudo no mundo pós-colonial, também tem gestado novos problemas e novos métodos de observação e análise nas ciências sociais.

Nas últimas décadas, diversas coletividades vem reivindicando o reconhecimento identitário aos estados nacionais em torno do fator étnico, a fim de garantir a conquista de direitos específicos. O processo de etnogênese não é um fenômeno novo, nem isolado, mas no mundo pós-colonial tem sido consideravelmente manifestado, atraindo a atenção de etnólogos e também de historiadores.

²⁴ Os “apontamentos para civilização dos índios do Brasil” apresentada por José Bonifácio à Assembléia Geral Constituinte (1823) não foram introduzidos no texto da Constituição do Império do Brasil, outorgada pelo Imperador Pedro I em 1824.

No Brasil, o movimento indígena do Nordeste vem despertando interesse. No século XIX os aldeamentos foram extintos por atos governamentais. No século XX, antropólogos como Darci Ribeiro e Eduardo Galvão pensavam pela chave da miscigenação e aculturação, afirmando a inexistência de índios nessa região ou levantando dúvidas sobre tal, devido às misturas e relações destes grupos com as populações regionais, não indígenas. A invisibilidade nos discursos oficiais e o relativo desinteresse acadêmico não correspondia, contudo, às práticas e representações que estas coletividades fizeram (e fazem) de si.

Pensando estas questões enquanto processos e relações interétnicas, percebe-se que, contrapondo os discursos oficiais, algumas coletividades continuaram se mobilizando, reelaborando as suas práticas e significados de pertencimento étnico. Diversos grupos foram (e estão sendo) elaborados ou reinventados. Sem dúvida, a possibilidade da auto-afirmação identitária e o reconhecimento do direito originário à terra legitimadas pela Constituição de 1988 deram um novo impulso ao movimento indígena do Nordeste e às reflexões teóricas sobre o tema.

No caso do Ceará, chama-nos a atenção que muitas das mobilizações e conquistas recentes de reconhecimento vem ocorrendo em áreas exploradas pela Comissão Científica e por Freire-Allemão, no contexto de conflitos em torno das terras e da extinção dos aldeamentos. Grupos como os Tapeba, localizado no município de Caucaia, antiga Vila de Soure; Tremembé; Pitaguary (localizado no município de Pacatuba), são alguns exemplos.

Acreditamos que é possível, a partir das questões aqui abordadas, perceber como as discussões nos gabinetes institucionais e o trabalho de observação de campo fomentaram os debates científicos sobre raça e nação e suas vinculações com a política de formação do estado no Brasil do século XIX. Além de compreender as estreitas relações destes debates com a construção de novos campos de conhecimento, disciplinas voltadas aos estudos do homem e das sociedades.

Bibliografia

- ALMEIDA, Marta de & VERGARA, Moema de Rezende (Orgs). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- AZEVEDO, M. Duarte Moreira de. *Sociedades Fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do actual reinado*. RIHGB, Tomo XLVIII. Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1885.
- BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens*. XIII Encontro de História ANPUH-Rio,
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem*, Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- DAMASCENO, Darcy & CUNHA, Waldir. *Os Manuscritos do botânico Freire Alemão – Catálogo e Transcrição*. Anais da Biblioteca Nacional, v. 81, Divisão de Publicações e Divulgação, 1964.
- DANTES, Maria Amélia (Org). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DEAN, Warrem. *A Botânica e a política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil*. Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 216-228. Rio de Janeiro, 1991.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Berthol. *A noção de civilização na visão dos construtores do Império (A revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro: 1838 – 1850/60)*. Dissertação de mestrado, 1989. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*. Tese de doutorado, 1995. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. *A Repartição Geral dos Telégrafos e o trabalho de Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908) em Geociências*. In: ALMEIDA, Marta de & VERGARA, 2008. P. 124-138.
- FREIRE-ALLEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Allemão: Fortaleza-Crato/1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- FREIRE-ALLEMÃO, Francisco Freire. *Discurso pronunciado na Sociedade Vellosiana em 1870*. Manuscrito com 12pp. Coleção Freire Allemão. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, 1: 5-27, 1988.

- KODAMA, Kaori. Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz; São Paulo, EDUSP, 2009.
- KURY, Lorelai. (org.) Comissão Científica do Império, 1859-1861. Textos de Maria Margaret Lopes, Silvia Figueirôa, Kaori Kodama, Lorelai Kury. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009.
- LACERDA, João Baptista de. Fastos do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- LOPES, Maria Margareth. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo, Hucitec, 1987.
- LOPES, Maria Margaret. A Comissão Científica de Exploração: “Uma Expansão para dentro”. In: KURY, 2009.
- MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874). Dissertação de Mestrado, 2005. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
- NASCIMENTO, Fátima Regina. A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX. Tese de Doutorado, 2009. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.
- NETTO, Ladislau. Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os atalhos da magia: notas para uma etnografia dos naturalistas viajantes”. In: Boletim do Museu paranaense Emílio Goeldi, 1987. v.3, n.2, p. 155-188.
- PAIVA, Melquíades Pinto. Associativismo científico no Brasil Imperial: a Sociedade Velloziana do Rio de Janeiro. Brasília: Tesaurus, 2005.
- REVEL, Jacques (org.) Jogos de Escala. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SÁ, Magali Romero. A zoologia da Comissão Científica de Exploração. In: KURY, 2009.
- SÁ, Magali Romero e Domingues, Heloísa Maria Berthol. O Museu Nacional e o Ensino das Ciências Naturais no Brasil do século XIX. Revista da SBPC, n. 15. P. 79-88, 1996.
- SALDANHA DA GAMA, J. de. Biografia e Apreciação dos Trabalhos do Botânico Francisco Freire Allemão. Revista do IHGB, 1875.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.